

Ferrovias Norte Sul S.A.
Demonstrações contábeis
em 31/12/2011

ÍNDICE

1 – Relatório da Administração	03
2 – Relatório dos Auditores Independentes	07
3 – Demonstrações Contábeis	09
3.1 – Balanços patrimoniais	09
3.2 – Demonstrações do resultado	10
3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa	12
3.5 – Demonstrações do valor adicionado	13
4 – Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis.....	14
4.1 – Contexto operacional.....	14
4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis	15
4.3 – Resumo das principais políticas contábeis	15
4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	20
4.5 – Caixa e equivalentes de caixa	22
4.6 – Contas a receber de clientes	22
4.7 – Estoques	22
4.8 – Tributos a recuperar	22
4.9 – Despesas antecipadas	23
4.10 – Imobilizado	23
4.11 – Intangível	24
4.12 – Contingências possíveis não provisionadas	25
4.13 – Subconcessão a pagar	25
4.14 – Obrigações sociais e trabalhistas	25
4.15 – Fornecedores	25
4.16 – Impostos, taxas e contribuições a recolher	26
4.17 – Patrimônio líquido	26
4.18 – Receita	27
4.19 – Custos e despesas por natureza	28
4.20 – Outras receitas	29
4.21 – Resultado financeiro.....	29
4.22 – Imposto de renda e contribuição social	29
4.23 – Outras divulgações sobre os fluxos de caixa	30
4.24 – Informações por segmento de negócios	30
4.25 – Partes relacionadas.....	30
4.26 – Coberturas de seguros.....	31
4.27 – Previdência complementar	32
4.28 – Gestão de risco financeiro	34
5 – Declaração de revisão das Demonstrações contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores	37
6 – Administração - Conselheiros e Diretores	38

1 – Relatório da Administração

Mensagem do Presidente

O ano de 2011 foi mais um ano de importantes conquistas para a Ferrovia Norte Sul S.A. A evolução das operações no Tocantins (Guaraí e Porto Nacional), foi de fundamental importância para substancial crescimento em volume transportado apresentado por todos os segmentos.

A FNS é uma ferrovia nova com apenas três anos de existência, contudo já apresenta um histórico de superação de resultados, em 2011 a companhia superou mais uma vez o seu recorde de volume transportado. No ano que passou transportamos mais de 2,5 milhões de toneladas, superando o volume transportado nos anos anteriores (2,0 milhões em 2010, 1,6 milhão em 2009 e 1,2 milhão em 2008).

Os resultados obtidos em 2011 permitiram mais um passo em direção à consolidação da Ferrovia Norte Sul como principal corredor de escoamento para a economia da região centro-norte do Brasil, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico da região.

A sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades vizinhas à ferrovia, sempre com foco em segurança, também fizeram parte de nossa estratégia empresarial em 2011, por meio de uma série de atividades e projetos desenvolvidos juntamente com as comunidades lindeiras.

A FNS entra em 2012 movida pela motivação e orgulho de estarmos construindo a história de desenvolvimento do nosso País.

Rodrigo Ruggiero
Diretor-Presidente da Ferrovia Norte Sul S.A.

Desempenho Operacional

Volume em milhões de TKU

	2010	2011	Variação %
Agricultura	1.455,9	1.710,0	16,4 %
Industrializados	2,1	11,2	428,6 %
Siderurgia	57,6	185,5	222,3 %
Total	1.515,6	1.906,7	25,8%

Em 2011, a produção foi de 1,9 bilhões de TKU (+25,8%), resultado superior ao apresentado em 2010. O volume transportado atingiu 2,6 milhões de TU, crescimento de (+ 28,1%) em relação ao ano anterior. O início das operações de carregamento e transbordo nas localidades de Guaraí e Porto Nacional foi fundamental na evolução do volume transportado.

A região aonde a FNS esta inserida, Centro-Norte do Brasil, apresenta um grande potencial de crescimento, permitindo um aumento significativo na produção como verificado em 2011, destacando-se especialmente o transporte de granéis agrícolas e produtos siderúrgicos.

Agricultura

No segmento de agricultura, a FNS obteve em 2011 uma receita bruta de R\$ 111,9 milhões, 13,5% acima do resultado do ano anterior. O volume transportado atingiu 2,2 milhões de toneladas, 15,3% acima de 2010. Na matriz de transporte do segmento agrícola, os principais produtos transportados foram soja, farelo de soja e milho.

Siderurgia

No segmento de siderurgia, a FNS obteve em 2011 uma receita bruta de R\$ 15,7 milhões, crescendo 225,2% em relação a 2010. O volume transportado atingiu 0,05 mil de toneladas, 387% acima do ano anterior.

Em 2011 também efetuamos o transporte de brita e dormentes obtendo uma receita bruta de 1,1 milhão, crescendo 336,9% em relação a 2010. O volume transportado atingiu 0,32 mil toneladas.

Desempenho Financeiro

A receita bruta operacional da FNS fechou o ano de 2011 em R\$ 128,8 milhões, uma evolução de (+24,2%) ante 2010. Ainda em 2011 a receita líquida apresentou um crescimento de (+ 23,6%) em relação ao exercício anterior.

Essa evolução é resultado do expressivo crescimento da receita verificado nos segmentos de produtos industrializados e siderúrgicos. Todavia não podemos deixar de salientar a evolução significativa apresentada pela receita do segmento agrícola (+12,7%), uma vez que esse segmento responde por aproximadamente 87% da receita bruta da companhia.

Em relação à linha de custos, a FNS apresentou uma evolução, comparativamente a 2010, em seus custos totais da ordem de (+50,0%), alcançando R\$ 66,1 milhões em de 2011. Os principais fatores que alavancaram esse crescimento nos custos foram o aumento nas despesas com manutenção em locomotivas e vagões, e ainda a evolução na despesa com pessoal por conta do Acordo Coletivo (8,6%) e o aumento no quadro de funcionários da companhia (+100 funcionários).

O EBITDAR (EBITDA mais o Arrendamento da Concessão) atingiu R\$ 39,1 milhões em 2011, com leve expansão (+0,5%) ante 2010. Por sua vez, a margem EBITDAR foi de 33,6%, (-18,7 p.p.). A despeito da evolução verificada na linha de receita o resultado do EBITDAR foi impactado pelo forte aumento verificado nos custos da companhia.

Como resultado final, em 2011 a FNS reportou prejuízo líquido de R\$ 4,3 milhões, motivado principalmente pelo aumento da linha de custos em função do maior volume de recursos utilizados na manutenção e modernização de seus ativos.

R\$ Mil	2010	2011	Var %
Receita Bruta	103,7	128,8	24,2%
(-) Deduções	(9,8)	(12,7)	29,6%
Receita Líquida	93,9	116,2	23,7%
(-) Custos Totais	(44,0)	(66,1)	50,2%
(+/-) Outras Receitas/Despesas Oper.	(11,0)	(11,0)	-
(+) Arrendamento	0,0	0,0	-100,0%
EBITDAR	38,9	39,1	0,5%
<i>Margem Ebitdar</i>	<i>41,32%</i>	<i>33,6%</i>	<i>-18,7 p.p.</i>
(-) D&A	(42,8)	(50,3)	17,5%
(-) Resultado Financeiro Líquido	5,2	6,9	32,7%
(-) IR &CSLL	(0,2)	0,0	-
Resultado Líquido	1,3	(4,3)	-430,8%

Investimentos

Em 2011, o montante investido pela FNS alcançou R\$ 44,7 milhões, (+11,08%) acima do valor empregado no ano anterior. Os investimentos foram alocados principalmente na manutenção e modernização da via permanente, aquisição de novas locomotivas, implantação de novas instalações físicas, construção de pátios ferroviários e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança.

Gestão de Pessoas

A FNS tem realizado grandes investimentos no treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários.

Os principais programas para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada foram:

- Programa de Estágio;
- Programa Trainee Operacional;
- Jovens aprendizes;

Por meio de Pesquisa de Clima e Engajamento, a FNS procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários, e como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos na companhia através dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

Todo esse conjunto de ações e programas evidencia o robusto investimento em desenvolvimento profissional que a companhia tem realizado ao longo dos anos.

Responsabilidade Social

A Ferrovia Norte Sul compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras a ferrovia.

Sempre com foco em segurança, a FNS por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos.

Além disso, a companhia mantém um canal direto de comunicação junto às comunidades lindeiras, o “Alô Ferrovias”, que esclarece dúvidas, recebe denúncias e sugestões 24 horas por dia.

Meio Ambiente

Em 2011, continuamos a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado nas diretrizes ISO 14001. Este modelo fornece ferramentas para garantir a conformidade legal de nossas atividades, produtos e serviços.

A FNS realizou, no ano que passou, investimentos significativos para a redução do consumo de água, redução na geração de resíduos, incentivos para reciclagem (coleta seletiva), segregação da rede de efluente/pluvial, tratamento do efluente industrial, investigação dos potenciais passivos e remediação das áreas já diagnosticadas.

Apresentamos também iniciativas de educação ambiental tendo como público-alvo nossos empregados, terceiros, comunidades e escolas. Estas ações visam despertar a consciência crítica dos envolvidos para a mudança de comportamento e atitudes, através de ações que gerem informação e aprendizado.

Audidores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

São Luís, 14 de Fevereiro de 2011.

A Administração

2 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Ferrovia Norte Sul S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferrovia Norte Sul S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MA

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MA

3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 – BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de Reais

	Notas	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	37.983	56.304
Contas a receber de clientes	4.6	3.465	1.225
Estoques	4.7	4.007	
Antecipações de imposto de renda e contribuição social		2.124	2.072
Tributos a recuperar	4.8	3.527	927
Despesas antecipadas	4.9	369	422
Outros		673	117
		<u>52.148</u>	<u>61.067</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	4.8	8.585	2.961
Despesas antecipadas	4.9	347	
Imobilizado	4.10	149.193	116.913
Intangível	4.11	1.674.431	1.705.902
		<u>1.832.556</u>	<u>1.825.776</u>
Total do ativo		<u>1.884.704</u>	<u>1.886.843</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Subconcessão a pagar	4.13	123.827	117.376
Obrigações sociais e trabalhistas	4.14	3.762	522
Fornecedores	4.15	7.718	15.325
Partes relacionadas	4.25	8.684	9.120
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.16	737	776
Antecipações de clientes		843	
Dividendos propostos			240
		<u>145.571</u>	<u>143.359</u>
Patrimônio líquido	4.17		
Capital Social		1.712.476	1.712.476
Reservas de Lucros		31.008	31.008
Prejuízo acumulado		(4.351)	
		<u>1.739.133</u>	<u>1.743.484</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.884.704</u>	<u>1.886.843</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto lucro por ação

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Operações continuadas			
Receita líquida dos serviços prestados	4.18	116.151	93.950
Custo dos serviços prestados	4.19	<u>(116.407)</u>	<u>(86.777)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		(256)	7.173
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	4.19	(8.989)	(10.023)
Outras receitas operacionais	4.20	2.569	
Outras despesas operacionais	4.19	<u>(4.602)</u>	<u>(854)</u>
Lucro operacional		<u>(11.278)</u>	<u>(3.704)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	4.21	7.022	6.102
Despesas financeiras	4.21	<u>(95)</u>	<u>(874)</u>
		<u>6.927</u>	<u>5.228</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(4.351)</u>	<u>1.524</u>
Imposto de renda e contribuição social	4.22		<u>(159)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas		<u><u>(4.351)</u></u>	<u><u>1.365</u></u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas (expresso em R\$ por lote de mil ações – Nota 4.17 (c))		2,54	1,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais

	Capital Social	Reservas de lucro			Lucros/ prejuízos acumulados	Total
		Legal	Expansão e investimentos	Incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.259.018	1.810	25.804	2.269		1.288.901
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					1.365	1.365
Total do resultado abrangente do exercício					1.365	1.365
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Aumento de capital	453.458					453.458
Destinação dos lucros						
Reserva legal		68			(68)	
Reservas de expansão e investimentos			722		(722)	
Reservas de incentivos fiscais				335	(335)	
Dividendos propostos					(240)	(240)
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas	453.458	68	722	335	(1.365)	453.218
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.712.476	1.878	26.526	2.604		1.743.484
Resultado abrangente do exercício						
Prejuízo do exercício					(4.351)	(4.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.712.476	1.878	26.526	2.604	(4.351)	1.739.133

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.351)	1.365
Ajustes:		
Depreciação e amortização	50.318	42.756
Perdas na baixa do imobilizado	2.142	
Baixa de recebíveis	933	
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(3.173)	(747)
Estoque	(4.007)	
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	(52)	
Tributos a recuperar	(8.224)	(4.554)
Despesas antecipadas	(294)	(342)
Outros	(556)	(113)
Obrigações sociais e trabalhistas	3.240	
Fornecedores	(7.607)	8.500
Partes relacionadas	(436)	(2.547)
Impostos a recolher	(39)	683
Antecipações de clientes	843	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>28.737</u>	<u>45.001</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de Imobilizado	(37.971)	(33.626)
Aquisições de Intangíveis	(8.847)	(5.165)
Pagamento das parcelas da subconcessão		(453.457)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(46.818)</u>	<u>(492.248)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital		453.458
Dividendos pagos	(240)	(2.923)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>(240)</u>	<u>450.535</u>
Aumento no caixa e equivalente de caixa	<u>(18.321)</u>	<u>3.288</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.304	53.016
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.983	56.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	128.790	103.753
Outras receitas	2.569	130
	<u>131.359</u>	<u>103.883</u>
Menos: Insumos adquiridos de Terceiros		
Custos dos serviços prestados	(23.228)	(17.351)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.341)	(2.743)
Combustíveis	(10.567)	(7.863)
Direito de passagem	(18.556)	(14.235)
Outros	(3.800)	(4.008)
	<u>(61.492)</u>	<u>(46.200)</u>
Valor adicionado bruto	<u>69.867</u>	<u>57.683</u>
Depreciação e amortização	(50.318)	(42.759)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>19.549</u>	<u>14.924</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.022	6.102
Valor adicionado total a distribuir	<u>26.571</u>	<u>21.026</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	8.789	4.791
Benefícios	3.267	1.829
FGTS	576	410
Outros gastos relacionado a pessoal	3.572	1.856
	<u>16.204</u>	<u>8.886</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	12.720	10.775
Estaduais	1.998	
	<u>14.718</u>	<u>10.775</u>
Acionistas		240
Reinvestido		1.125
Prejuízos acumulados	(4.351)	
Valor adicionado distribuído	<u>26.571</u>	<u>21.026</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

4 – As notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembléia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007 e é regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado do Tocantins. O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O trecho ainda não entrou em operação, previsão de entrada em operação é janeiro de 2012.

Os pagamentos efetuados a Valec e a parcela dos 20% restante do Contrato de Subconcessão da Ferrovia Norte Sul S.A, são suportados por aportes efetuados pela sua Controladora VLI Multimodal S.A. (anteriormente denominada – Vale Operações Ferroviárias S.A).

Em 31 de março de 2011, a VLI S.A ("VLI") transferiu para a VLI Multimodal S.A. o montante de 1.354.911.141 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A., alterando desta forma o controle acionário direto da Companhia.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2012.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como outros resultados abrangentes. Desta forma não há divulgação desta informação nas demonstrações contábeis apresentadas, uma vez que o resultado do exercício representa também o resultado abrangente.

4.3 - Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo das demonstrações contábeis da Companhia.

a) Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.4.

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de impairment, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, operacionais".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.10.

h) Intangível

Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins, acrescidos dos custos pela atualização aplicada às parcelas a vencer da subconcessão e benfeitorias realizadas nos trechos ferroviários.

A amortização se inicia quando o ativo entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.

i) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k) Subconcessão a pagar

No Brasil, o serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A regulação do serviço de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ICPC 01 não se aplicam aos contratos de concessão e subconcessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme também esclarecido na Orientação OCPC05 – Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

III) A concessionária poderá cobrar qualquer valor diferente de zero pelo transporte ferroviário de carga, respeitados os limites máximos das tarifas de referência estabelecidos pela concedente. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), agência reguladora do setor publica resoluções anuais aprovando o reajuste das tarifas de referência em cada concessão, constituindo um teto para as empresas ("price-cap"), o qual raramente é atingido.

Em linha com os esclarecimentos provenientes da Orientação CPC 05, a Administração concluiu que o contrato de subconcessão não está sujeito as regras do ICPC 01.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía contingências prováveis a serem provisionadas.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor do presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo Vale. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva.

o) Dividendos

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais, caso existam, terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.24, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013.

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia prepara suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

4.4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a Administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

A principal estimativa que apresenta risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social refere-se à revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. As taxas de depreciação são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

4.4.2 Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

a) Subconcessão

Conforme descrito na Nota 4.3 (k) Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- II. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, a poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

b) Impairment de ativos não financeiros

A Companhia considerou a margem negativa e prejuízo operacional apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 como indicador de *impairment*. Dessa forma, aplicou o CPC 01 para apurar o valor recuperável de seus ativos, considerando as premissas definidas pela Administração. A Companhia elaborou estudo para verificar se o valor recuperável dos ativos é superior ao seu valor contábil. O valor recuperável foi inicialmente apurado considerando o valor em uso dos ativos o qual excedeu ao valor contábil dos mesmos. Nesse sentido, não foi necessário efetuar o cálculo do valor recuperável com base no preço de venda líquido bem como não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perda (*impairment*).

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Este saldo inclui o caixa e bancos, além de aplicações financeiras resgatáveis a qualquer momento realizadas em instituições financeiras de primeira linha, como se segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	371	2.295
Aplicações financeiras	37.612	54.009
	<u>37.983</u>	<u>56.304</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de aplicações de curto prazo (inferiores a três meses), que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.6 - Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	2.055	536
Vencidas - até 3 meses	1.161	620
Vencidas - acima de 3 meses	249	69
	<u>3.465</u>	<u>1.225</u>

Em 31 de dezembro de 2011, não havia saldo de clientes para os quais houvesse expectativa de perda. Dessa forma não há provisão para perdas nessa data.

4.7 - Estoques

Em 31 de dezembro de 2011, os estoques são compostos exclusivamente por óleo combustível.

4.8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante		
IR retido na fonte	1.464	927
PIS e COFINS a compensar	2.063	
	<u>3.527</u>	<u>927</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	8.585	2.446
PIS e COFINS a compensar		515
	<u>8.585</u>	<u>2.961</u>

4.9 – Despesas antecipadas

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante		
Seguros	369	422
	<u>369</u>	<u>422</u>
Não circulante		
Acordo Coletivo - 2011	347	
	<u>347</u>	

4.10 - Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado tinha a seguinte composição:

	<u>Vida útil estimada (anos)</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência entre imobilizado e intangível</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>
Custo						
Imóveis	25 a 40	814		318		1.132
Equipamentos ferroviários	5 a 20	5.887	1.608	154		7.649
Equipamentos de informática	5	58	13	257		328
Ferrovia						
Locomotivas	12,5 a 33,3	5.721	3.815			9.536
Vagões	33,3	70.492		240		70.732
Veículos	3 a 5		681	2.908		3.589
Outros	10 a 14,9	1.125	540	666		2.331
		<u>84.097</u>	<u>6.657</u>	<u>4.543</u>		<u>95.297</u>
Depreciação acumulada						
Imóveis		(19)	(31)			(50)
Equipamentos ferroviários		(200)	(307)			(507)
Equipamentos de informática		(6)	(47)			(53)
Ferrovia						
Locomotivas		(1.220)	(484)			(1.704)
Vagões		(5.634)	(2.120)			(7.754)
Veículos			(344)			(344)
Outros		(74)	(216)			(290)
		<u>(7.153)</u>	<u>(3.549)</u>			<u>(10.702)</u>
Imobilizado em operação		<u>76.944</u>	<u>3.108</u>	<u>4.543</u>		<u>84.595</u>
Imobilizado em curso		<u>39.969</u>	<u>39.918</u>	<u>(13.147)</u>	<u>(2.142)</u>	<u>64.598</u>
		<u>116.913</u>	<u>43.026</u>	<u>(8.604)</u>	<u>(2.142)</u>	<u>149.193</u>

Conforme parametrização do sistema da Companhia, todos os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo imobilizado. Em seguida, é feita análise detalhada considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na subconcessão). Os ativos relacionados a benfeitoria na subconcessão são transferidos para o ativo intangível.

As adições no imobilizado em andamento referem-se, substancialmente, a benfeitorias na malha ferroviária.

4.11 – Intangível

O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos, descritos na Nota 4.1 acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente.

A amortização se inicia quando o ativo entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.

	Vida útil estimada (anos)	Saldo em 31/12/2010	Adições	Transferência entre imobilizado e intangível	Saldo em 31/12/2011
Custo					
Direitos de subconcessão	30	1.769.980	6.451		1.776.431
Benfeitoria em propriedades - subconcessão					
Pátios	30			6.252	6.252
Via permanente	10 a 15	6.042		1.834	7.876
Direito de uso de software	5		243	518	761
		<u>1.776.022</u>	<u>6.694</u>	<u>8.604</u>	<u>1.791.320</u>
Amortização acumulada					
Direitos de subconcessão		(69.865)	(46.201)		(116.066)
Benfeitoria em propriedades - subconcessão					
Pátios			(109)		(109)
Via permanente		(255)	(375)		(630)
Direito de uso de software			(84)		(84)
		<u>(70.120)</u>	<u>(46.769)</u>		<u>(116.889)</u>
		<u>1.705.902</u>	<u>(40.075)</u>	<u>8.604</u>	<u>1.674.431</u>

4.12 - Contingências possíveis não provisionadas

A Companhia possui ação de natureza trabalhista promovida por ex-empregado de empresa terceirizada, requerendo o pagamento de horas extras e diferenças salariais decorrentes de divergências existentes para funções idênticas, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2011 o montante estimado de contingência possível é de R\$ 146 (2010 – R\$ 1).

4.13 - Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO), conforme mencionado na Nota 4.1.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada à liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado, dessa parcela de 20% em 31 de dezembro 2011 era de R\$123.827 (2010 – R\$ 117.376). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

4.14- Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Encargos sociais a recolher	433	167
Participação nos resultados	2.801	
Outras obrigações trabalhistas	528	355
	<u>3.762</u>	<u>522</u>

4.15 – Fornecedores

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mercado interno	<u>7.718</u>	<u>15.325</u>

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente. O prazo médio para pagamento negociado com nossos fornecedores é de 30 dias.

4.16 – Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ICMS a recolher	91	309
IRRF	120	106
PIS/COFINS	18	83
ISS	487	257
Outros	21	21
	<u>737</u>	<u>776</u>

4.17 - Patrimônio líquido

a) Capital

Em 31 de dezembro 2011 e de 2010 o capital social era de R\$1.712.476, correspondente a 1.712.476.164 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A atual composição acionária apresenta-se da seguinte forma:

	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>% Participação</u>
Vale S.A.	357.565.023	20,88
VLI Multimodal S.A.	1.354.911.141	79,12
	<u>1.712.476.164</u>	<u>100,00</u>

b) Reservas

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para expansão/investimentos é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou aplicação em projetos de benfeitoria em propriedades de subconcessão.

A reserva de incentivos fiscais recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

c) Lucro (prejuízo) por ação

1. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

2. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

	<u>31/12/2010</u>
Cálculo da média ponderada 31 de dezembro de 2010	
Média ponderada de ações ordinárias em 2010 - (1.259.018.008 X12/12)	1.259.018.008
Lucro líquido do exercício	<u>1.365</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil de ações R\$	<u><u>1,08</u></u>

	<u>31/12/2011</u>
Cálculo da média ponderada 31 de dezembro 2011	
Média ponderada de ações ordinárias em 2011 - (1.712.476.164 X12/12)	1.712.476.164
Prejuízo do exercício	<u>(4.351)</u>
Prejuízo diluído por lote de mil de ações R\$	<u><u>(2.54)</u></u>

4.18 - Receita

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário		
Proveniente do Estado do Maranhão	87.532	81.577
Proveniente do Estado do Tocantins	41.258	22.176
Total Receita bruta	<u>128.790</u>	<u>103.753</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(1.976)	(603)
PIS	(1.902)	(1.641)
COFINS	(8.761)	(7.559)
Total dos impostos sobre serviços	<u>(12.639)</u>	<u>(9.803)</u>
Receita líquida	<u><u>116.151</u></u>	<u><u>93.950</u></u>

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações. Os principais clientes da Companhia atuam em mercados altamente sazonais, como o agronegócio e o plantio de soja. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia. Os produtos transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade muito significativa nos meses de outubro a março, período de entressafra.

A prestação de serviços para os trechos do Estado de Tocantins teve início em outubro de 2010, principalmente o trecho de Palmeirante - To.

4.19 - Custos e despesas por natureza

a) Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Benefícios a empregados	(11.033)	(3.260)
Tributos	(1.736)	(579)
Serviços profissionais técnicos	(14.136)	(7.766)
Seguros	(76)	(76)
Materiais	(647)	(2.254)
Combustíveis	(10.844)	(7.914)
Utilidades públicas	(80)	(130)
Tráfego mútuo de frete/direito de passagem	(18.557)	(14.230)
Locações	(4.378)	(7.193)
Peças e componentes ferroviários	(4.025)	(296)
Diversos	(653)	(323)
Total custo operacional	<u>(66.089)</u>	<u>(44.021)</u>
Depreciação e amortização	(50.318)	(42.756)
Total dos custos dos serviços prestados	<u>(116.407)</u>	<u>(86.777)</u>

Os contratos de trabalho dos empregados operacionais da Companhia foram integralmente assumidos pela Companhia a partir do mês de setembro 2010. Os respectivos empregados foram transferidos do quadro de pessoal da Vale S.A.

b) Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais por natureza

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Benefícios a empregados	(5.171)	(5.626)
Tributos	(310)	(822)
Serviços contratados	(4.328)	(2.005)
Seguros	(1.167)	(900)
Materiais	(93)	(147)
Combustíveis	(18)	(18)
Utilidades públicas	(2)	(27)
Locações	(42)	(67)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(412)	
Baixa de recebível	(933)	
Despesas com multas contratuais	(523)	
Diversos	(610)	(1.265)
	<u>(13.591)</u>	<u>(10.877)</u>
Despesas gerais e administrativas	(8.989)	(10.877)
Outras despesas operacionais	(4.602)	
	<u>(13.591)</u>	<u>(10.877)</u>

A provisão para participação nos lucros em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 3.145 (2010 – R\$ 854) está reconhecida na rubrica “Outras despesas operacionais”.

4.20 Outras receitas

As outras receitas referem-se substancialmente a multas contratuais decorrentes do não cumprimento de cláusulas de contrato relativos ao volume contratado pelo cliente.

4.21 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	6.836	6.050
Outras receitas financeiras	155	
	<u>6.991</u>	<u>6.050</u>
Despesas financeiras		
Encargos por atraso	(40)	(93)
Descontos concedidos		(776)
Outras despesas financeiras	(22)	(5)
	<u>(62)</u>	<u>(874)</u>
(Despesas)/receitas com variação cambial		
Receitas variação cambial ativa	31	52
Despesas variação cambial passiva	(33)	
	<u>(2)</u>	<u>52</u>
	<u>6.927</u>	<u>5.228</u>

4.22 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(4.351)	(4.351)	1.524	1.524
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social – (alíquotas efetivas)			(381)	(137)
Redução pelo Incentivo Fiscal			335	
Outros			24	
Imposto de renda e contribuição social do exercício			<u>(22)</u>	<u>(137)</u>

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. A Companhia não

reconheceu ativos de impostos diferidos de R\$ 1.480 (2010 - R\$ 0) com relação a prejuízos no montante de R\$ 4.351 (2010- R\$ 0) que podem ser compensados com lucros tributáveis futuros.

b) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foi apurado incentivo fiscal, visto que a Companhia apresentou prejuízo. O Incentivo é concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018.

4.23 – Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

A principal transação não monetária refere-se a atualização do saldo de subconcessão a pagar reconhecido como adição do ativo intangível (Nota 4.11).

4.24 - Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares, e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas e;
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.25 - Partes relacionadas

No curso normal das operações, a Companhia contraiu direitos e obrigações oriundos de transações comerciais com partes relacionadas conforme abaixo:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo circulante		
Vale S.A.	8.603	9.120
Fundação Vale Rio Doce S.A	81	
	<u>8.684</u>	<u>9.120</u>

Demonstração do resultado	31/12/2011	31/12/2010
Custos dos serviços vendidos – Vale S.A.		
Custo de intercâmbio/aluguel de locomotivas e vagões	2.201	4.189
Custo com direito de passagem	14.177	14.235
	16.378	18.424
Despesas gerais e administrativas – Vale S.A.		
Despesas com processos do Centro de Serviços Compartilhados (CSC)	3.636	876

O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

O Direito de passagem representa os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás – EFC.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A Companhia compartilha os tanques de abastecimento de óleo combustível com a Vale S.A. O óleo utilizado é devolvido através de uma movimentação de estoques. O valor dos estoques a serem devolvidos totalizam R\$ 590 em 31 de dezembro de 2011 (2010 – R\$ 7.605) e são reconhecidos como provisão na rubrica Fornecedores.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso.

4.26 - Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*. Em 31 de dezembro de 2011, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor da cobertura (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	US\$ 30.000
Transporte Ferroviário de Carga	Danos	US\$ 30.000
Danos Materiais e Lucros Cessantes	Operação Ferroviária	US\$ 1.250.000
Seguro de Vida	Empregados	20 x salários

4.27 - Previdência complementar

A partir de agosto de 2010, com a efetiva contratação de mão-de-obra própria, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale S.A. e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício – FNS

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em agosto de 2010 e para ele migraram todos os empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, 172 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (2010 – 104).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FNS são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$ 283 (2010 – R\$ 217).

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, referente aos benefícios de risco.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(519)	(432)
Valor justo dos ativos do plano	884	680
(Déficit)/superávit para planos cobertos	<u>365</u>	<u>248</u>
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	<u>(365)</u>	<u>(248)</u>
Passivo/ativo líquido	<u><u> </u></u>	<u><u> </u></u>

Movimentação do valor das obrigações atuariais

	<u>31/12/2011</u>
Valor das obrigações no início do período	(432)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(36)
Juros sobre obrigação atuarial	(51)
Valor das obrigações calculadas no final do período	<u>(519)</u>

Movimentação do valor justo dos ativos

	<u>31/12/2011</u>
Valor justo dos ativos no início do período	680
Rendimento esperado no período	80
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(14)
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	138
Valor justo dos ativos no final do período	<u>884</u>

31/12/2011

Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(36)
Juros sobre obrigação atuarial	(51)
Rendimento esperado no período	80
Amortização de ganhos ou (perdas) atuariais líquida (incluindo parágrafo 58 (a))	(14)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(116)
	<u>(137)</u>

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 66.

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010.

Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, em curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperado sobre ativos do plano	11,50% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,15% até 48 anos; 5,0% a partir dos 48 anos
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A
Expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais	
Participantes aos 65 anos de idade	18,63%
Participantes aos 40 anos de idade (expectativa aos 65 anos)	18,63%

4.28 – Gestão de risco financeiro

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, subconcessão a pagar e passivos com partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FNS a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2011 e em 2010.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo Vale.

(a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pela Subconcessão a pagar (Nota 4.13), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e "rating" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levado em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 possuem vencimento no curto prazo (menos de 12 meses).

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os Instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 por categoria.

	Empréstimos e recebíveis	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	37.983	56.304
Contas a receber de clientes	3.465	1.225
	41.448	57.529
	Outros passivos financeiros	
	31/12/2011	31/12/2010
Passivos		
Subconcessão a pagar	123.827	117.376
Fornecedores	7.718	15.325
Partes relacionadas	8.684	9.120
	140.229	141.821

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/12/2011	31/12/2010
Total passivo	145.571	143.359
(-) Caixa e equivalentes de caixa	37.983	56.304
	107.588	87.055
Patrimônio líquido	1.739.133	1.743.484
	6,19%	4,99%

5 – Declaração de Revisão das Demonstrações Contábeis e do Parecer de Auditoria Independente pelos Diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Ferrovia Norte Sul S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. dos Portugueses S/N, Prédio DILN, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.257.877/0001-37 (“FNS”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“INSTRUÇÃO”), declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da FNS relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e
- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis da FNS referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

6 - Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Marcus Vinicius Penteado

Vice-Presidente

Elton de Campos Passara

Fernando Lopes Alcântara

Conselheiros

Diretoria

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

André Ravara

Vice-Diretor

Eduardo Henrique Périco

Diretor

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretor

Leonardo Gonçalves Paiva

Diretor

Nelo Bosi Ribeiro

Contador

CRC-MA009165/O-2